

R\$ 9,9 bi emitidos para pagar débitos judiciais

Cerca de 20% da dívida mobiliária total dos estados e municípios de R\$ 49,9 bilhões foi contraída para a liquidação de precatórios

por Ivanir José Bortot
de Brasília

O saldo da emissão de títulos estaduais e municipais destinada a pagar dívidas judiciais (precatórios) cresceu 45,1% neste ano, passando de R\$ 36,85 bilhões em dezembro de 1995 para R\$ 9,937 bilhões em outubro último, informou sexta-feira o Banco Central (BC). O montante é equivalente a cerca de 20% da dívida mobiliária total de estados e municípios de R\$ 49,9 bilhões em outubro.

O crescimento das emissões de papéis para pagar os precatórios levou o Conselho Monetário Nacional (CMN) a proibir os bancos estaduais de adquirirem novos títulos dos estaduais e municipais; e os bancos privados só poderão investir nesses papéis o equivalente a 5% do seu patrimônio. O Senado Federal vem adotando como critério permitir a rolagem de apenas 98% do total da dívida mobiliária em mercado, para forçar uma redução de endividamento das unidades federativas.

A operação de emissão de R\$ 552 milhões de títulos do Estado de Santa Catarina para cobrir dívidas de precatório judiciais gerou dúvidas de que parte dos recursos poderia estar sendo usada para outra finalidade. "Pedimos esclarecimentos à Justiça de Santa Catarina sobre os precatórios", disse o chefe do Departamento da Dívida Pública do Banco Central, Jairo da Cruz Ferreira.

O poder legal para conceder autorização de emissão de novos papéis destinados a cobrir despesas de precatórios ou apurar irregularidades é do Senado Federal, esclareceu. "Não possuímos poder para investigar se os estados estão cumprindo a lei na aplicação dos recursos dos precatórios. Isso é uma decisão do Tribunal de Contas dos Estados e do Senado Federal", disse Ferreira.

O Banco Central é apenas um braço auxiliar do Senado Federal

para as operações de emissão de novos títulos. Quando um estado precisa emitir papéis para pagar precatórios, ele encaminha ao Banco Central a documentação necessária, como o valor da emissão e um documento da Justiça estadual relacionando as dívidas judiciais que devem ser pagos.

Na operação feita por Santa Catarina, segundo o senador Vilson Kleinubing (PFL-SC), uma parte dos precatórios refere-se a dívidas judiciais posteriores a 1988. Mas, emenda número três da Constituição do Brasil estabelece que os estados e municípios podem pagar com emissão de novos títulos apenas os precatórios judiciais vencidos até aquele ano, em oito parcelas anuais.

Caso esta suspeita do senador venha a se confirmar, a operação de emissão de títulos seria irregular. "Mas só Senado Federal tem o poder para cancelar a operação. O Banco Central não pode adotar nenhuma decisão", disse Ferreira.

O funcionário do Banco Central negou que o governo de Santa Catarina teria amargado um prejuízo de R\$ 79 milhões com a emissão dos papéis em outubro último. Santa Catarina formalizou um pleito de emissão de R\$ 552 milhões em 31 de maio no Banco Central. A partir desta data, segundo o procedimento bancário normal, segundo Ferreira, os papéis tiveram seu valor corrigido pela variação diária da taxa Selic, do Sistema Especial de Liquidação de Títulos Públicos, até a data de colocação do papel, que no caso ocorrem em outubro.

A correção do valor dos papéis é que teria, em tese provocado o prejuízo, que segundo o Banco Central inexistente, uma vez que as instituições que o adquiriram vão levar em consideração este fator para estabelecer a taxa de juros que vão cobrar para carregar o papel. A emissão, a preços atualizados para outubro, ficou em R\$ 608 milhões.

Na contabilidade do Banco Central, o estado e o município de São Paulo são os maiores emissores de títulos para pagar precatórios (ver tabela). O saldo das emissões feitas pelo estado paulista com essa finalidade passou de R\$ 2,518 bilhões em janeiro de 1995 para R\$ 4,7 bilhões. O município de São Paulo triplicou a emissão desses papéis no mesmo espaço de tempo, para R\$ 3,3 bilhões. Em seguida, agora está Santa Catarina, com o saldo de R\$ 608 milhões, estado que anteriormente não havia emitido nenhum papel desse tipo. O saldo de Pernambuco é de R\$ 549 milhões; e o de Alagoas, de R\$ 390 milhões. O Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, juntos, fizeram emissão de apenas R\$ 130 milhões. O município de Campinas emitiu R\$ 94 milhões; Guarulhos, R\$ 23 milhões; e Osasco R\$ 88 milhões. Todos com a mesma finalidade: pagar dívidas de precatórios existentes até 1988.